



ATA Nº 10

22 de abril de 2019

Local

FÓRUM CULTURAL DA CHASA

CP MPE
PP

ATA Nº 10

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária, no Fórum Cultural da Chasa, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pelo eleito Pedro Filipe Faria Ferreira, primeiro secretário e a eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Pedro Filipe Faria Ferreira
Maria Fernanda Neves Dias Comenda

BANCADA CDU

Maria Fernanda Gomes
António Maria Barreto Anastácio
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
Maria Isabel Cavaleiro

BANCADA PS

Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos
António Espada Pereira
José Manuel Morais Chumbo
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Luciana Maria Maia Nelas
Luis Nuno Monteiro Carvalho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Amândio Delfino

BANCADA CM

Pedro Manuel Silva Alves

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
José Carlos Godinho Romão

CP MR M.

Carla Alexandra Rebocho Tavares
Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio
Joaquim José Cunha Carreira
Vitor Manuel Guterres Torres

A Presidente da Assembleia, Carlota de Pina, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, passando logo após a informar das substituições nas bancadas, referindo que na bancada da CDU, os eleitos Fátima Bernardo e João Arcadinho tinham sido substituídos pelos eleitos António Anastácio e Maria Isabel Cavaleiro, respetivamente.

Na bancada do PS informou da substituição dos eleitos Afonso Costa e João Baião, pelos eleitos Isabel dos Santos e António Espada Pereira, respetivamente.

Na bancada do BE, a substituição da eleita Rita Aleixo pelo eleito Amândio Delfino.

Seguidamente, colocou à votação as atas nº.s 6 e 7 de dias seis e vinte sete de setembro de dois mil e dezoito, tendo ambas sido aprovadas por maioria.

Nada mais havendo a registar, deu início ao Período antes da ordem do dia, solicitando às bancadas que procedessem às inscrições para as intervenções que pretendessem fazer.

Deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que dirigiu um cumprimento a todos os presentes e referindo os pontos constantes da ordem de trabalhos, disse que o **Ponto 9 – Relatório de Gestão do ano 2018**, sendo um ponto de carácter relevante e de interesse também para o público, devido à quantidade de pontos a debater propunha a possibilidade de o mesmo passar a ser discutido logo no início desta Assembleia, após o **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia**, passando assim ao **Ponto 2**.

Continuou a sua intervenção referindo-se à dinamização do comércio na Freguesia, disse ter consciência ser difícil gerir agendas, até pelas constantes atividades do movimento associativo, mas de qualquer modo gostaria de saber a razão de duas atividades sobrepostas referindo o show cooking no mercado Municipal e a inauguração dos azulejos no mesmo mercado.

Sobre a alteração de trânsito no Sobralinho, disse que a Rua 1º de dezembro era uma rua sem saída e agora tinha saída para a Rua Duque da Terceira, situação que gostaria que fosse esclarecida, pois não se recordava dessa alteração ter vindo a nenhuma Assembleia.

Referindo o muro na Rua Engº Vilar Queirós, disse o mesmo já ter sido alvo de intervenção do anterior Executivo e estando situado numa das principais entradas de Alverca, visto o estado degradado em que se encontrava, pretendia saber se estava prevista alguma manutenção naquele espaço.

Finalizou dizendo que sobre a Praceta do Avião, assunto que já vem sendo apresentado desde novembro de dois mil e dezassete, pretendia saber se estava previsto intervenção naquele espaço, bem como a reparação da manga.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra, colocando à consideração das bancadas a proposta de alteração feita pelo eleito José Chumbo de o **Ponto 9 - Relatório de Gestão do ano 2018**, passar a **Ponto 2**, da ordem de trabalhos, situação esta que foi aceite por unanimidade.

Foi dada a palavra ao eleito João Mendes da bancada da CDU, que após cumprimentar todos os presentes, passou a ler a **Moção - “ Por ocasião do 45º aniversário da Revolução de Abril e das Comemorações do 1º de Maio”**, registada com a letra **A**, solicitando que a mesma fosse enviada para as diversas entidades constantes no documento e publicitada nos canais ao dispor da Junta de Freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia pediu ao eleito João Mendes que fizesse chegar à mesa e às bancadas o respetivo documento.

OP MPA M.

O eleito João Mendes pediu a palavra informando que por lapso não tinha no momento condições de entregar o documento a todas as bancadas apresentando as suas desculpas pelo facto.

Foi dada a palavra ao eleito João Fernandes da bancada do BE, que cumprimentou todos os presentes, passando a informar que trazia uma Recomendação, mas primeiramente tinha várias questões a colocar ao Executivo e só depois passaria à leitura do documento.

Iniciou a sua intervenção dizendo que era necessário fazer abaixamentos de passeios junto a algumas passadeiras, dizendo que sabia que esse trabalho tinha estado a ser feito mas que havia situações que requeriam alguma urgência, referindo-se aos passeios junto ao Centro de Saúde de Alverca, que dificultam em muito a acessibilidade àquele espaço.

Sobre a Rua da Aviação e mais propriamente à passadeira que está localizada junto ao BPI, disse que a mesma não reúne condições de segurança, porque para além de terminar junto à zona de estacionamento não está devidamente identificada com sinalização vertical. Para além desta situação, disse existir no local outras passadeiras podendo até esta vir a ser anulada.

Referindo-se a mobiliário urbano falou na necessidade de colocação de mais papeleiras a fim de permitir uma melhor reciclagem do lixo.

Questionou o Executivo sobre o assunto já apresentado na Assembleia de Freguesia em dezembro de dois mil e dezassete, da criação de uma Unidade Local de Proteção Civil, pedindo esclarecimentos sobre o ponto da situação, bem como da adesão da Freguesia ao Movimento Pro-tejo, situação esta colocada na Assembleia de Freguesia em junho de dois mil e dezoito.

Sobre a recolha dos monos disse ter informação que já era da competência da Junta, pelo que gostaria de saber informação mais detalhada até pela necessidade também de se fazer chegar essa informação à população.

Referindo os contratos apresentados na Assembleia de fevereiro último, disse ter feito chegar à Junta de freguesia pedido de documentação, que lhe foi enviada mas pretendia mais detalhes sobre os contratos.

Sobre o contrato de serviços de vigilância e segurança para o mercado, gostava de ser informado sobre os números de efetivos, quais as funções que foram acordadas, os materiais a serem usados, bem como o destino a dar aos resíduos plásticos, após o mercado semanal. Sobre o contrato dos espaços verdes, também gostava de saber o número de efetivos, as tarefas a desempenhar, os materiais a usar e a periodicidade com que será feita essa manutenção; dizendo ainda que só conhecendo esses dados se podia saber de que prestação de serviços se estava a falar.

Seguidamente solicitou autorização à Senhora Presidente da Assembleia e passou de imediato à leitura da **Recomendação - " Pelo fim da utilização de herbicidas "**, registada com a letra **B**.

Pediu a palavra o eleito Pedro Alves da CM, que dirigiu um cumprimento a todos os presentes e disse ter duas perguntas a colocar ao Executivo, sendo a primeira referente às condições de higiene e limpeza na Freguesia, devido à constante acumulação de monos que se continuava a verificar, e também sabendo que o Executivo pretendia passar essa responsabilidade para a Câmara Municipal, gostava de saber tendo em conta o mau funcionamento dessa recolha, se da parte do Executivo havia alguma intenção de reconsiderar a passagem dessa competência para a Junta.

Por último falou da constante afixação de publicidade em caixas e postes da EDP, situação que considerava desagradável e gostava de saber se foram tomadas algumas medidas para resolução deste problema.

Seguiu-se intervenção do eleito Rui Valadas do CDS, que após cumprimentar todos os presentes disse ter duas questões a colocar ao Executivo, sendo a primeira sobre dois cartazes alusivos aos Galardões de Mérito em dois mil e dezoito, encontrando-se os mesmos ainda colocados em Arcena e Bom Sucesso e sendo uma informação já obsoleta, era um indicador de alguma falta de ordenamento dos espaços.

Sobre as placas de toponímia disse ter verificado muitas estarem em estado muito degradado, sendo necessário proceder à sua substituição, pelo que pretendia saber se era previsível essa substituição pelo menos das mais danificadas durante o ano em curso.

EP
M
M.

Seguidamente procedeu à leitura da **Recomendação - "Saúde Pública"**, registada com a letra **C**, deixando um alerta para a praga descontrolada de baratas no verão de dois mil e dezoito, dizendo que a Junta devia acompanhar estas situações de perto, quer em residências ou estabelecimentos, bem como junto da Câmara Municipal intercedendo no sentido de ser feito um plano mais eficaz para controle destas pragas.

Passou a ler a **Recomendação - "Segurança na Comunidade"**, registada com a letra **D**, evidenciando que a União de Freguesias de Alverca e Sobralinho tinha uma faixa etária bastante elevada de população idosa e sendo este grupo etário bem como as crianças, os de maior risco, tendo em conta os constantes relatos de ocorrências de furtos e roubos, a Junta deveria ter um papel interventivo junto da PSP para estas questões bem como desenvolver programas de sensibilização e informação à população sobre esta matéria.

A Senhora Presidente da Assembleia solicitou à funcionária Paula que procedesse à recolha de inscrições do público, e deu a palavra à eleita Manuela Santos da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes, usou a frase "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades mudam-se as ideias". Reportando-se à informação da bancada da CDU em que os eleitos pediam contas, referiu ter conhecimento que houve atribuição de lugares de estacionamento, e que não sendo contra em caso de os mesmos se justificarem, referindo-se ao comércio para as cargas e descargas desde que devidamente identificados, pretendia saber, na realidade, quantos lugares tinham sido atribuídos, se um, se dois lugares, a estabelecimento existente na Av. Capitão Meleças bem como na Rua das Indústrias junto ao Largo do CEBI.

Foi dada a palavra à eleita Isabel dos Santos da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes passou a referir que o assunto em questão era um pouco o viver das memórias mais adormecidas, dizendo tratar-se da obra da Rotunda de acesso à A1, processo iniciado pelo Executivo do Partido Socialista, que após intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, possibilitou um entendimento com a Força Aérea Portuguesa tendo sido celebrado um protocolo em que esta Entidade assumiu na totalidade as despesas desta intervenção. Disse ainda que tendo contudo nota de todas as intervenções que têm sido tornadas públicas sobre esta obra, "o seu a seu dono", pelo que a CDU não podia reivindicar nem a ideia nem a responsabilidade desta obra, pois nada tinha feito para a sua implementação nem antes nem no presente.

Seguidamente, usou da palavra a eleita Joana Simões da bancada do PS, que dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia, informou pretender primeiramente colocar uma questão ao Executivo e logo em seguida passar à leitura da Moção, caso não houvesse qualquer impedimento. Iniciou a sua intervenção referindo o site da Junta de Freguesia dizendo que o último protocolo disponível para consulta pública datava de janeiro de dois mil e dezassete e tendo já sido assinados vários protocolos depois dessa data, os mesmos deviam estar disponíveis para consulta.

Passou à leitura da **Moção - "1º de Maio – Dia Internacional do trabalhador"**, registada com a letra **E**, terminando a sua intervenção referenciando a divulgação da mesma nos canais de informação da Junta de Freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Luís Carvalho da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes, disse ter duas questões a colocar sendo uma direcionada ao Executivo e outra à Senhora Presidente da Assembleia. Iniciou a sua intervenção referindo uma publicação do jornal o Mirante datada de catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, onde a Junta de Freguesia informava os fregueses que as reuniões públicas da Junta passariam a ser realizadas alternadamente entre as freguesias de Alverca e Sobralinho situação que pela primeira vez iria acontecer. Disse esta informação não ser verdadeira conforme edital nº 22 de dois mil e dezasseis que tinha em seu poder, entre outros, que entretanto por algum motivo se tinham perdido e faziam prova de que o Executivo liderado pelo camarada Afonso Costa já o fazia anteriormente.

EP me M.

Considerava ser uma falta de honestidade e uma propaganda partidária disfarçada de publicitação Institucional paga com o dinheiro dos contribuintes, sendo ainda o mais curioso esta situação ter aparecido logo após o Executivo passar de dois elementos da Freguesia do Sobralinho para um só.

Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia e referindo-se às transmissões on-line, disse o PS ter já apresentado uma proposta de recomendação relativo a este assunto, e que até à presente data nada estava resolvido. Referindo-se ao espaço em que decorria a presente sessão, disse o mesmo não ter condições de acessibilidade para pessoas com deficiência a nível motor, não havendo acesso para uma cadeira de rodas e qualquer pessoa nestas circunstâncias poderia em sua casa ter acesso e acompanhar os trabalhos da Assembleia.

Referindo-se ao orçamento do ano em curso, disse o mesmo ter verba contemplada para esta situação, achando estranho nada estar tratado, parecendo-lhe até haver alguma situação oculta.

Logo após passou à leitura da **Moção - " 25 de Abril – 45 anos de Liberdade, Igualdade e Democracia"**, registada com a letra F.

Informou a Senhora Presidente da Assembleia que tinha também uma **Declaração Política** para ler de seguida, tendo a mesma informado que devido à hora, primeiramente iria ser dada a palavra ao público e em seguida poderia terminar a sua intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao público, por ordem de inscrição, tendo usado da palavra o Senhor Manuel Lourenço

O Senhor Manuel Lourenço iniciou a sua intervenção dizendo que o assunto que o trazia a esta Assembleia, era para ser apresentado numa Assembleia Municipal, mas decidiu trazê-lo também à presente sessão, dizendo que tinha a ver com as Pracetas da Quinta das Drogas, local onde também residia.

Disse tratar-se de um problema antigo, que já estivera contemplado em orçamento da Junta, mas que tem vindo ao longo dos anos a passar pelo vários Executivos, sem nada ter sido feito, pelo que estava na altura de alguém começar a mexer, sendo a sua intenção passar a estar presente em todas as Assembleias de Freguesia, Municipais e Sessões de Câmara até alguém fazer alguma coisa. Informou ter conhecimento da existência de um projeto na Câmara Municipal, mas nada se fizera até à data.

Falou que naquela urbanização tem vindo a verificar-se todo o tipo de ocupações ilegais, desde lojas a espaços públicos e que nas ruas já não existia sequer alcatrão somente pedra.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, disse estar à espera há quarenta anos que alguém fizesse alguma coisa, perguntando-lhe se poderia intervir junto da Câmara Municipal, a fim de dizerem o que queriam fazer da praceta um e dois da Quinta das Drogas.

Disse saber que competia à Câmara o corte e desbaste de árvores, mas já existiam choupos a bater em varandas até ao quinto andar e as pessoas deveriam vir às Assembleias dizer aquelas coisas cara a cara. Falou dos ratos que mais pareciam coelhos e se passeavam pelas ruas, para além dos enormes buracos que faziam às portas dos prédios, referenciando os números sete e nove.

Disse que já em várias situações e referindo uma Senhora bastante idosa que caíra devido ao estado degradado do piso, não estava presente no local, mas se estivesse ter-lhe-ia que fossem reclamar à Câmara Municipal, pois parecia-lhe que as pessoas tinham medo de vir às Assembleias expor os problemas.

Terminou pedindo desculpas à Senhora Presidente da Assembleia, por se ter alongado na intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor José Cândido Levezinho, que começou por dizer que após ouvir algumas intervenções lhe fez lembrar o Frei Tomás utilizando a expressão " faz o que ele diz e não o que ele faz ".

Sobre o assunto que o trazia a esta Assembleia, falou da Rua António Sérgio e das árvores existentes naquele local, dizendo a Câmara estar a pagar a iluminação pública e a rua estar num estado de escuridão total.

Disse que as árvores faziam falta, mas não no estado em que se encontravam, pelo que pedia a quem de ireito pelo menos mandasse fazer uma poda à árvore junto ao candeeiro para haver alguma iluminação.

CP
FNE
M₂

Não havendo mais inscrições do público a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta a fim de o mesmo responder às questões colocadas

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dirigindo um cumprimento a todos os presentes e em resposta ao Senhor Manuel Lourenço, informou existirem dois estudos de intervenção, um para a Praceta Um e outro para a Praceta Dois da Quinta das Drogas, e que sobre o projeto da Praceta Um, já tinha solicitado uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, estando a aguardar.

Sobre as podas que até então eram da competência das Juntas de Freguesia, informou que as Juntas foram acusadas de não cumprirem com o regulamento, pelo que essa competência passou para a Câmara Municipal.

Disse que estava a ser prestado um mau serviço por parte da empresa contratada tendo já feito chegar essa informação por escrito à Câmara Municipal.

Referiu que as podas e limpeza de árvores estavam a ser feitas fora do tempo e em más condições, dando o exemplo do jardim do Bairro, onde deixaram os restos depositados no chão, com os perigos que daí podiam advir.

Falou das laranjeiras que estavam a chegar a alturas despropositadas bem como dos choupos que devido ao mau serviço de limpeza e poda que tinha estado a ser feito, já causavam problemas a nível da iluminação.

Sobre a Rua António Sérgio falou que o problema existente tinha sido referenciado mas a limpeza dos choupos não fora bem feita, daí o problema que se estava a passar presentemente, para além de deixarem restos depositados em cima de espaços verdes tendo causando danos em algumas áreas.

Terminou a sua intervenção dizendo que o problema de buracos era grave, pois além da impermeabilidade do solo cresciam os abatimentos de passeios, devido a viaturas estacionadas indevidamente e não menos grave aparecimento de ratos.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao eleito Luís Carvalho que passou a ler a “**Declaração Política**”, registada com a letra **G**, que relata os cinquenta anos de crise académica de mil novecentos e sessenta e nove.

Seguidamente, foi dada a palavra ao eleito Rui Valadas que passou a ler o “**Voto de Louvor**”, registado com a letra **H**, dirigido à União Desportiva e Cultural da Aldeia do Sobralinho, pelo trabalho desenvolvido por dirigentes, técnicos e atletas, que elevaram o nome da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho não só a nível Nacional como Internacional.

Seguidamente, disse ter uma situação para expor ocorrida no passado dia dezoito do corrente mês em que foi decretado pelo Governo três dias de luto Nacional pelas vítimas do acidente na Madeira, devendo estar a Bandeira Nacional a meia haste em todos os edifícios públicos. Verificou que na Sede da Junta a bandeira Nacional não foi colocada a meia haste, e na delegação do Sobralinho as bandeiras estavam hasteadas mas indevidamente no topo dos mastros. Gostaria que caso assim o entendesse o Senhor Presidente se pronunciasse sobre esta situação.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra à bancada da CDU, intervindo a eleita Fernanda Gomes, que dirigiu cumprimentos a todos os presentes, tendo passado a ler a **Moção “Pelo desenvolvimento e reforço do transporte coletivo”**, registada com a letra **I**.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que começou por dizer que concordava com tudo o que tinha sido dito até ao momento referindo-se inclusive à intervenção por parte do público, mas que os problemas levantados não eram da responsabilidade da Junta mas sim da Câmara Municipal, e caberia unicamente à mesma reencaminhá-los.

Sobre a intervenção do eleito Luís Carvalho da bancada do PS, deu-lhe os parabéns pela intervenção bem feita e bem estruturada, documento que a sua bancada subscrevia, com exceção da alusão a um então

aluno Alberto Martins, atual Ministro, dizendo que quase dava a entender que ele tinha feita a revolução, considerando esta alusão um exagero.

A Senhora Presidente da Assembleia interveio, pedindo que o eleito António Sequeira tivesse alguma contenção na sua intervenção, dado que o Senhor Presidente da Junta ainda não tinha intervindo sobre as questões colocadas.

Foi dada a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta questionou-o sobre os serviços de vigilância e cobrança no mercado semanal de levante, perguntando se tinha havido alguma alteração ao serviço, se a Empresa estava credenciada e se o funcionário estava devidamente identificado e autorizado a fazer cobranças, pois segundo relatos que lhe tinham chegado, a uns vendedores era passado recibo de pagamento enquanto a outros não, daí solicitava ao Senhor Presidente da Junta que se pronunciasse sobre esta situação.

Seguidamente usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS, que questionou o Senhor Presidente da Junta, sobre as podas, perguntando-lhe se o mesmo estava em condições de afirmar que esse serviço não tinha sido feito em Alverca nem com viatura da Junta nem com funcionários da Junta.

Não havendo mais questões a colocar ao Executivo, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a intervenção, dizendo que iria responder às questões colocadas pelas bancadas seguindo a ordem de inscrição pelo que começava por responder ao eleito José Chumbo. Referindo a dinamização do comércio local e a suposta sobreposição de atividades, disse não concordar com o que fora dito, pois independentemente de já haver conhecimento de uma atividade para o mesmo dia, concluiu-se que uma não iria desvalorizar a outra até porque acabou por ser uma mais valia para os dois eventos, não considerando que tivesse havido qualquer sobreposição.

Sobre a questão colocada da Rua 1º de dezembro no Sobralinho, disse ter sido um processo iniciado pela Junta de Freguesia do Sobralinho, tendo o mesmo depois passado para a União de Freguesias de Alverca e Sobralinho. Referiu que tanto a abertura da rua como a colocação da lombas, foram exclusivamente da responsabilidade da Câmara Municipal, e que não se tratou de uma alteração ao Regulamento de Trânsito, senão teria de ter vindo à Assembleia para se pronunciarem.

Em resposta à eleita Manuela Santos sobre a questão da atribuição de lugares de estacionamento, passou a informar que essa atribuição só era feita a estabelecimentos comerciais ou em situações específicas a pessoas com deficiência devidamente comprovada. Falou também que relativo ao comércio, essa autorização é dada para períodos de cargas e descargas, e a partir da hora de encerramento do estabelecimento, o lugar ficava vago para qualquer pessoa poder estacionar.

Em resposta à questão colocada pela eleita Joana Simões disse a mesma ter razão e que ia verificar o porquê dos protocolos não terem sido colocados no site, quando toda a documentação foi enviada para esse fim.

Seguidamente dirigindo-se ao eleito Luís Carvalho felicitou-o dizendo que afinal sempre tinha havido ditadura em Portugal.

Mais disse que para este Executivo os Fregueses eram todos iguais não havendo nem os de primeira nem os de segunda, havendo sim os Alverquenses e os Sobralinhenses, e que estavam ali para trabalhar com todos e para todos, a fim do bem comum e do desenvolvimento da Comunidade.

Sobre a falta de honestidade de que o mesmo acusou o Executivo, disse ser falsa tendo referido que foi realmente feita a publicação, mas relativamente ao Sobralinho ter passado a ter menos um elemento no Executivo em nada desvalorizou até porque referiu presentemente haver uma grande melhoria na

EF
TFNC
M.

limpeza do espaço urbano, reconhecida primeiramente pelos Fregueses, para além de que havia atendimento pelo Presidente duas vezes por mês, e estava no Sobralinho, por vezes até diariamente e sempre que era necessário, não havendo qualquer razão para se dizer que o Sobralinho estava em segundo plano.

Dirigindo-se novamente ao eleito José Chumbo, sobre o serviço de vigilância e cobrança no mercado de levante, informou que o serviço estava a ser feito por outra Empresa e relativo à emissão ou não de recibo de pagamento disse ser uma situação muito estranha pois quem não apresentava o comprovativo do pagamento não tinha permissão para entrar no mercado, devendo ter havido algum lapso, mas de qualquer modo iria inteirar-se melhor dessa situação.

Sobre as podas e em resposta à eleita Manuela Santos, disse que a Junta tinha feito algumas podas e cortes de arbustos e continuaria sempre que a situação assim o exigisse, pois não ficaria à espera de intervenção da Câmara caso a falta desse serviço pudesse implicar perigo de vida para alguém. Disse também terem chegado à Junta pedidos por escrito por parte de algumas Associações em Alverca, para a poda e corte de ramos de árvores, serviço que fora feito e será desde que seja pedido por escrito e que haja disponibilidade de viatura e funcionários, o que nem sempre acontece.

Dirigindo-se à bancada da CDU, disse que não se pronunciava sobre as moções e que para o Executivo independentemente de quem fosse, todas as questões mereciam sempre a melhor atenção.

Em resposta ao eleito João Fernandes sobre o rebaixamento de passeios e passadeiras junto ao Centro de Saúde em Alverca, informou que estava a ser feito pela Câmara Municipal, um estudo de impacto de mobilidade em todo o Concelho e que há um projeto de requalificação para a Av. Infante D. Pedro que passará a ser a primeira artéria com mobilidade a cem por cento.

Sobre a Rua da Aviação disse que a passadeira não ia ser retirada dando como exemplo a Rua Catarina Eufémia e a Av. dos Combatentes onde após recarga de betuminoso, as passadeiras foram deslocalizadas e mesmo depois de se ter disfarçado as anteriormente existentes, havia sempre alguém que tentava passar no mesmo local com perigo acrescido. Sobre a placa sinalética que estava em falta, referiu que iria tratar para que a mesma fosse colocada no local.

Disse ainda que junto às Finanças havia uma passadeira que confinava junto aos contentores do lixo e que numa próxima recarga de betuminoso a mesma iria ser deslocalizada.

Referindo-se à criação da Unidade de Proteção Civil disse já ter reunido com outras Juntas do Concelho e até ao momento nenhuma ter avançado, pois não existiam condições nem meios que permitissem a ação prática dessa Unidade e criar só por criar não tinha qualquer fundamento, mas que iria estar atento.

Sobre a recolha dos monos disse que continuava a ser responsabilidade da Câmara Municipal, informando que tinha havido problemas na aquisição de mono-blocos e que só agora tinham chegado os primeiros para o Concelho. Referindo-se a Alverca disse o problema ser complicado pois o espaço que em princípio estava destinado à colocação dos mono-blocos já não era possível e a Junta teria de transportar os monos para fora do Concelho não sendo uma situação viável a nível financeiro pois com a viatura que a Junta tinha teriam de ser feitas várias viagens com as despesas que isso iria acarretar. Mais disse que não havendo um veículo pesado para esse transporte nem funcionário habilitado para essa condução, só em caso de haver alteração de algumas condições, se aceitaria esta Delegação de Competência.

Por fim referindo-se às podas feitas por particulares e o consequente depósito de lixo na via pública, disse que a Câmara devia ter umas caixas de menor dimensão junto a áreas residenciais, de modo a permitir o depósito desses lixos, que posteriormente poderiam ser transportados para o aterro.

Sobre o requerimento que tinha feito chegar à Junta sobre os contratos, disse que o mesmo tinha razão quando dissera que os contratos não eram obrigatórios, mas existindo cadernos de encargos onde estava tudo o que era solicitado, iriam estar disponíveis para consulta pública.

Referindo a utilização de herbicidas disse concordar com tudo o que tinha sido dito, mas que havia duas Entidades referindo a ASAE e a Direção Geral de Agricultura e Veterinária que autorizavam a aplicação

EP
MPS
M.

dos produtos fitofarmacêuticos. Disse ainda, serem dois organismos credenciados e que certificavam que o produto que estava a ser utilizado pela Junta não era nocivo para a saúde, daí o mesmo estar a ser aplicado.

Disse também que a aplicação do produto era feita sempre em zonas autorizadas e por técnicos credenciados.

Referiu estar na posse de um Estudo de Doutoramento sobre a utilização do sal e vinagre de álcool, mas não havia presentemente qualquer informação para a sua utilização ou estudo que comprovasse a sua nocividade ou não para a saúde.

Em resposta ao eleito Pedro Alves sobre a recolha de lixos e monos informou que quase diariamente faz chegar informação à Câmara Municipal a sinalizar depósitos de monos junto aos contentores por toda a Freguesia, situação que tem vindo a agravar sistematicamente dizendo que no momento atual estava caótico. Sobre os recicláveis cartão e plástico, disse estar também a haver problemas na recolha, informação que também tem feito chegar à Câmara Municipal sinalizando as ilhas com necessidade de intervenção.

Referindo a afixação de publicidade em caixas e postos da EDP, disse ser um crime de poluição e ser proibido mas havia empresas que o faziam referindo-se a uma empresa de mudança, a qual a Junta já tentara por vários meios contactar sem qualquer resultado.

Referindo a questão colocada pelo eleito Rui Valadas sobre os cartazes e galardões de mérito disse estarem desatualizados conforme fora dito, mas não tinham sido retirados por motivo do espaço ir ficar em branco. Disse que estava a pensar na colocação de algumas imagens alusivas à Freguesia pois este tipo de publicidade era dispendioso e estava a tentar por outros meios alguma redução nestes custos.

Sobre as pragas informou que já tinha sido feita a primeira ação de contenção de ratos e sobre as baratas enquanto não eclodisse o calor não era eficaz fazer o tratamento, mas que estava a acompanhar a situação conjuntamente com a Câmara Municipal.

Referindo a segurança, disse que tinha estado a trabalhar conjuntamente com a PSP nesta área informando que se mostraram com total disponibilidade e que têm vindo a realizar um conjunto de ações de sensibilização junto da população quer em Alverca quer no Sobralinho.

Por fim e em resposta ao eleito José Chumbo sobre as placas de toponímia, informou que tinham estado a ser substituídas de forma gradual por toda a Freguesia, informando que a última fora a da Rua Engenheiro Vilar Queirós.

A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia usou da palavra e em resposta ao eleito Luís Carvalho sobre as transmissões on-line das Assembleias, disse haver rubrica e verba a nível orçamental pelo que essa situação estava prevista, só faltava minuta de documento já solicitada à Assembleia Municipal para formalização legal das autorizações de consentimento.

Sobre o problema da acessibilidade do Fórum Cultural da Chasa, disse reconhecer não ser fácil mas que o anterior Executivo também nada tinha feito para melhorar essa situação e que contrariamente ao que tinha sido dito pelo eleito Luís Carvalho, não havia nada oculto e o que se pretendia era que todas as pessoas pudessem ter acesso e acompanhar as sessões.

Seguidamente voltou a dar a palavra às bancadas, intervindo o eleito José Chumbo da bancada do PS, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta disse que o mesmo não tinha respondido a algumas questões, entre elas o problema da manga na Praceta do Avião e a situação do muro da Vilar Queirós.

Referindo-se às placas de toponímia que tinham estado a ser substituídas questionou se as Freguesias quer de Alverca quer do Sobralinho mantinham a sua identidade ou se passavam a ter os dois Brasões.

Sobre a abertura da Rua 1º de Dezembro para a Rua Duque da Terceira no Sobralinho, disse estranhar essa situação, pois este assunto já tinha passado por anteriores Executivos da Freguesia do Sobralinho e nunca ter avançado por motivos de segurança, pelo que iria entregar um requerimento a pedir alguns esclarecimentos.

OP
MRE
M.

Foi dada a palavra à eleita Manuela Santos da bancada do PS que disse ter feito uma pergunta específica ao Senhor Presidente da Junta, à qual o mesmo não respondeu. Disse saber o que está na Lei e ter conhecimento de como é feita a atribuição de lugares de estacionamento; o que pretendia realmente saber era quantos lugares tinham sido atribuídos ao estabelecimento em causa, se um ou dois lugares, e se a sinalização no local estava devidamente identificada que fora do horário de funcionamento do mesmo, o espaço era público.

Logo após interveio o eleito Rui Valadas do CDS, que começou por agradecer a resposta às questões que colocara, dizendo que sobre as Unidades Locais de Proteção Civil aceitava as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Junta, mas no seu entender talvez esta matéria não tivesse sido devidamente explorada. Disse existirem duas Freguesias, Olivais e Parque das Nações onde já existem estas unidades em funcionamento e que tinha em seu poder documentação com processo devidamente estruturado que poderia fazer chegar para conhecimento.

Referiu ainda que a segurança e ações de sensibilização e informação podem também ser enquadradas nesta unidade.

Seguiu-se intervenção do eleito João Fernandes da bancada do BE, que referindo-se aos herbicidas disse ser uma matéria sensível e complexa e o documento que lera, referia-se aos herbicidas em geral, pretendendo sim um gradual abandono dos métodos químicos. Disse não defender métodos que não se conhecem e podem ser ainda mais nocivos.

Sobre a Unidade Local de Proteção Civil disse ser uma competência da Câmara Municipal e no caso de uma eventual descentralização para as Juntas de Freguesia, seria como outra qualquer delegação de competência, teriam também de ser descentralizados os respetivos meios para o seu funcionamento.

Referindo a questão dos monos, disse ter entendido as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Junta, bem como as dificuldades surgidas, mas estranhava o facto das Juntas terem aceite esta delegação de competências sem na realidade nada ter sido acautelado nem pensado.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que sobre a utilização dos herbicidas começou por dizer que era uma questão que tinha de se ter muita atenção. Questionou o Executivo sobre o critério que estava a ser utilizado relativo a herbicidas, dizendo ainda que o facto da Junta estar a utilizá-los lhe parecia ser como um último recurso ou porque talvez fosse um método mais vantajoso.

Falou que há que repudiar ao máximo a utilização dos herbicidas e terminou dizendo que a eliminação das ervas infestantes através de meios mecânicos não é poluitiva.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas.

Iniciou a sua intervenção referindo-se à Praceta do Avião, dizendo que a manga já tinha sido adquirida e só não tinha sido colocada devido ao espigote estar danificado, mas logo que possível, essa situação seria resolvida.

Sobre o muro da Vilar Queirós disse o mesmo ter sido partido propositadamente devido a obras a decorrer no local, mas que a situação estava a ser acompanhada e iria ser solucionada.

Referindo o estacionamento disse que foi feita a atribuição de um lugar, informando também que o espaço em questão não compreendia dois lugares, o que realmente estava em falta era o respetivo sinal que fora pedido à Câmara e que se estava a aguardar a entrega para colocação.

Agradeceu ao eleito Rui Valadas a sua disponibilidade pedindo-lhe para fazer chegar à Junta a documentação que tinha em seu poder.

Sobre a questão dos monos disse que a Junta tudo fez para assumir essa competência, mas nos moldes atuais não era viável por diversos fatores falta de equipamentos, pessoal e até financeiramente, não sendo possível fazer um trabalho condigno, não se ia aceitar.

OP
MFC
PK.

Relativamente à questão colocada sobre a eliminação de infestantes com monda mecânica, disse os equipamentos serem onerosos e a sua eficácia não ser a melhor pois já se fazia monda mecânica em algumas zonas não sendo o suficiente, para além de que para uma Freguesia como Alverca teria de haver muitos mais equipamentos e efetivos.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria dar permissão a mais duas intervenções uma da bancada da CDU, eleita Fernanda Gomes e uma da bancada do PS, eleito Luís Carvalho e passaria logo após à votação das moções.

Usou da palavra a eleita Fernanda Gomes que solicitou informação sobre o lugar de estacionamento de que se tinha estado a falar perguntando em que zona se localizava pois não tinha ouvido qualquer menção à respetiva rua, tendo-lhe sido de imediato informado que se tratava da Av. Capitão Meleças.

O eleito Luís Carvalho dirigiu-se à Senhora Presidente da Assembleia pedindo para entregar um documento em defesa da sua honra a fim de constar em ata.

Pedi a palavra o Senhor Presidente da Junta que questionou a Senhora Presidente da Assembleia sobre a legalidade de ser colocado em ata um documento cujo conteúdo nenhum eleito tinha conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao eleito Luís Carvalho que passasse a ler o documento para conhecimento de todos os presentes, o que o mesmo assim o fez, passando-se à transcrição na íntegra conforme segue:

“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho,

Para que conste em ata, e como forma de corroborar a minha defesa de honra, eu, Luís Nuno Monteiro Carvalho, eleito pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia supra, nunca afirmei não ter existido em Portugal uma ditadura, mas sim um regime autoritário, corporativista e ditatorial no nosso País. Ademais informo que, face à Moção apresentada pela CDU, em 2018, nunca estive contra o articulado no documento, mas sim, contra o parágrafo deliberativo que incentivava a participação da população, bem como dos trabalhadores da Junta de Freguesia, na marcha do 25 de abril e do 1º de maio, através da CGTP.

Não creio que se devam misturar questões sindicais com questões político-partidárias, muito menos com questões de políticas públicas.

Estou seguro, e de consciência tranquila, relativamente ao articulado no presente documento, não aceitando que alguém, ou alguma força política ofenda, assim, a minha honra.

Afirmar os valores de abril é recusar esta má forma de fazer política.

Pela construção de uma Freguesia, de um Concelho, e de um País moderno, alicerçado e regido por princípios constitucionais de Liberdade, Igualdade e Democracia, subscrevo-me com estima e consideração.”

Luís Monteiro Carvalho

22/04/2019

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria colocar as Moções a votação iniciando pela **Moção A** - bancada da CDU - “**Por ocasião do 45º Aniversário da Revolução de Abril e das Comemorações do 1º de Maio**” - Aprovada por maioria.

Moção E - bancada do PS - “**1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador**” - Aprovada por unanimidade.

ek
Tfol
M

Moção F - bancada do PS - “ **25 de Abril – 45 Anos de Liberdade, Igualdade e Democracia** “ - Aprovada por unanimidade.

Voto de Louvor H - bancada do CDS - “ **União Desportiva e Cultural da Aldeia do Sobralinho** “ - Aprovado por unanimidade.

Moção I - bancada da CDU - “ **Pelo desenvolvimento e reforço do transporte coletivo** “ -

O eleito José Chumbo da bancada do PS, pediu para usar a palavra, dizendo estar de acordo com o conteúdo geral do documento e que a sua bancada votaria favoravelmente se no ponto 1 onde está referido por proposta da CDU essa menção fosse retirada, pois tratava-se de um assunto apresentado e defendido por várias forças políticas.

Foi dada a palavra ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse não haver qualquer exclusão de forças políticas, pelo que a sua bancada não faria qualquer alteração a este documento.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que disse esta luta ter sido de todos os partidos e também não concordava com a referência feita no documento onde se lê por proposta da CDU.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a **Moção I** – bancada da CDU – **Não Aprovada** - Com doze votos contra e sete a favor.

Logo após solicitou a palavra o eleito João Fernandes que informou ter uma Declaração de Voto sobre as várias moções apresentadas alusivas ao 25 de abril e dia do Trabalhador, passando a ler a mesma e informando também que posteriormente faria chegar o documento à mesa para o seu registo ficar em ata.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia, colocando à consideração das bancadas a introdução de mais um ponto na ordem de trabalhos, ponto esse de carácter informativo referindo tratar-se de um Regulamento criado não só para vigorar para o OP 2019, mas também para os futuros OP. Informou que esse Regulamento iria ser enviado para o Executivo a fim de darem o seu parecer e posteriormente viria novamente à Assembleia para ser votado.

Foi aceite por unanimidade a inclusão deste ponto, e não havendo intervenções por parte das bancadas, a Senhora Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos passando ao **1º Ponto - Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.**

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que estava disponível para esclarecimento de qualquer questão que pretendessem colocar e sobre este ponto referiu que os contratos celebrados no corrente ano para serviços de vigilância, espaços verdes e limpeza urbana, foram vantajosos em termos económicos para a Autarquia.

A Senhora Presidente da Assembleia após solicitar as inscrições das bancadas, deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que se dirigindo ao Senhor Presidente da Junta pediu esclarecimento sobre três questões, sendo uma delas as várias reuniões que o Senhor Presidente tinha tido com o Stal na Sede da Junta; outra sobre o projeto de requalificação da Av. Infante D. Pedro e por último a questão do apoio jurídico à população que disse continuar a não se verificar qualquer publicitação no site da Junta sobre esse serviço.

Seguidamente deu a palavra ao eleito Rui Valadas do CDS, que se dirigindo ao Senhor Presidente, disse ter ficado perplexo ao ouvir o mesmo referir o valor do contrato de serviços de vigilância para o período de três anos, pois sendo uma área que conhecia bem, considerava este valor irrisório e algo preocupante.

EA
TFRC
11

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito João Fernandes da bancada do BE, que questionou o Senhor Presidente da Junta sobre o ponto de situação do projeto de requalificação da Av. Infante D. Pedro e congratulou o Executivo pelas várias ações de rastreio junto da população que têm vindo a ser feitas desde o início do ano, tendo sido um dos projetos apresentados pela bancada do BE.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a intervenção e em resposta ao eleito José Chumbo, informou que a reunião fora solicitada pelo STAL, que pretendia saber qual a posição da Junta sobre o problema do refeitório e dos balneários devido ao mau estado em que se encontravam.

Disse ter informado o Stal que a Câmara Municipal tinha notificado a Junta para fazer a entrega do refeitório, mas tal não iria acontecer, pois este Executivo mantinha a mesma posição do Executivo anterior e não ia entregá-lo. Sobre os balneários disse haver um projeto em estudo e tudo se iria fazer para a sua implementação.

Referiu ainda o investimento já feito anteriormente no viveiro, dizendo que não se iria investir mais dinheiro naquele local, pois existia um projeto para aquela área e até se perceber efetivamente o que ali iria ser feito não se avançaria com qualquer obra.

Sobre a questão colocada pelo eleito Rui Valadas, sobre o contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância, disse não se pronunciar pois tinha sido aberto um concurso, várias empresas tinham apresentado as suas propostas e esta tinha sido aceite por ser a mais vantajosa para a Junta.

Referindo-se à requalificação da Av. Infante D. Pedro, informou que a Câmara Municipal fez uma candidatura a fundos estruturais propondo esta artéria no âmbito da criação de mobilidades acrescidas, estando o projeto em fase de estudo. Informou que está contemplado a requalificação desde a EN 10 até ao interface rodoviário, quer a nível de calçada bem como a estrada a fim de tornar todo o percurso 100% acessível.

Referiu também um projeto que a Câmara tem para a EN 10 na confluência com a Rua da Boca Lara e a Infante D. Pedro, na criação de uma rotunda, que irá melhorar o trânsito dentro de Alverca, para além da requalificação da Av. Vilar Queirós. Mais disse que era com agrado que o Executivo estava a acompanhar estes projetos.

Dirigindo-se ao eleito João Fernandes, disse que os rastreios tiveram um impacto positivo e útil junto da população.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Rui Valadas do CDS, que voltou a referir o contrato de serviços de segurança e vigilância, dizendo que tendo em conta que este serviço estava adjudicado a uma Empresa, o funcionário que prestava o serviço ficava com um ordenado abaixo do mínimo nacional não lhe parecendo ser correto; para além de que já verificara que o nome da Empresa não constava como estando licenciada para este tipo de atividade, o que lhe parecia algo estranho e que seria bom ser melhor analisado. Mais disse a sua intervenção nesta questão não ser numa perspetiva de crítica mas mais de ajuda, pois algo podia não estar bem.

O Senhor Presidente da Junta interveio e em resposta ao eleito Rui Valadas, referiu que o serviço a prestar era de quatro horas semanais e que a Empresa estava certificada para prestação de serviços de portaria, que era o que estava a ser feito. Informou também que todos os requisitos legais solicitados tinham sido apresentados e sobre o serviço de segurança informou que estava a ser feito por dois elementos da PSP.

O eleito José Chumbo usou da palavra e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta questionou-o sobre o apoio jurídico, que não tinha ainda tido resposta.

ef
rpe M.

O Senhor Presidente da Junta respondeu que não existia serviço de apoio jurídico mas sim de consultadoria, sendo esta informação de domínio público e prestado mediante marcação na Sede da Junta e na Delegação do Sobralinho nos moldes em que sempre fora prestado.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que se referindo ao contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância disse que sendo um contrato de quatro horas semanais, nada tinha a ver com a menção feita anteriormente sobre o ordenado mínimo nacional.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos, passando a informar que conforme acordado por todos no início da sessão, iria haver alteração dos pontos da ordem de trabalhos, pelo que o anterior **Ponto 9 – Relatório de Gestão do Ano de 2018 – Aprovação**, passou a atual **Ponto 2**, seguido à informação escrita do Senhor Presidente da Junta, a fim de que o público presente também tivesse acesso a esta informação.

Seguidamente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação deste ponto.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta disse que foram salientados todos os pontos gestionários, foram definidas prioridades constituídas com a população e auscultação da mesma, e que mais uma vez convidava todos a trabalhar em conjunto com o Executivo.

Disse que não era fácil gerir, tinham sido cometidos erros no passado e agora também o eram, mas que todos em conjunto podiam melhorar as condições da população e trabalhar em prol da mesma.

Falou que foram valorizados os trabalhadores, houve melhoramento na limpeza, higiene urbana e espaços verdes e que foram feitos alguns investimentos em sinalética vertical e horizontal, bem como em calçadas, melhoramentos a nível de acessibilidade entre outros.

Referiu haver muito trabalho a fazer e disse ter algumas prioridades sendo uma delas a comunicação institucional e os balneários para os trabalhadores.

Terminou dizendo estar disponível para questões e dúvidas que pretendessem colocar.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para colocarem as suas questões.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, dizendo que este relatório era um ensaio sobre a cegueira e que só não via quem não queria ver. Falou da relação entre os custos e os proveitos e tendo em conta os valores apresentados no documento disse verificar-se um desinvestimento na manutenção.

Referiu haver uma subida de valores em várias rubricas, e que gostaria de ser esclarecido sobre "outros gastos" e "serviços a terceiros".

Sobre o aumento da receita disse tratar-se não de receita direta da Junta mas sim de aumento de verba proveniente das transferências da Câmara Municipal, o que o levava a pensar que talvez a Junta não estivesse a conseguir cobrar a receita direta que inicialmente tinha previsto.

Falou ainda que estava a haver contratação de mais serviços, referiu as amortizações, os contratos de avença, o aumento de contratados, dizendo que em resumo se tinha gasto mais e cobrado menos, e terminou referindo que até à presente data nunca tinha havido um saldo de gerência tão baixo.

Seguidamente interveio o eleito João Fernandes da bancada do BE, que sobre este relatório e a forma como o mesmo foi elaborado, disse que tendo em conta que era um veículo de informação a mais ou menos pessoas, devia ser um documento não só com formulas e números, pois as rubricas estavam lá mas não se sabia o conteúdo e que para uma melhor informação devia ter também algum texto e imagem, a fim de ser mais esclarecedor e acessível.

Terminou dizendo que tratando-se de um documento de prestação de contas, deveria haver mais detalhe para ser mais eficaz.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Rui Valadas do CDS, que se dirigindo ao Senhor Presidente da Junta, disse que gostaria que o mesmo comentasse algumas alterações de valores em alguns itens quer na receita quer na despesa, tendo em conta os valores que tinham sido apresentados no ano anterior.

OK
MFC
M

Sobre a receita referiu a venda de bens e serviços correntes e a venda de bens e investimentos, que apresentavam valores mais reduzidos, bem como a rubrica de mercados e feiras, onde também havia uma redução na ordem dos 16 por cento no valor agora apresentado.

Sobre a despesa referiu um aumento substancial de valor quer na rubrica abono de falhas quer em despesas de representação.

No capítulo análise patrimonial, referiu o mais relevante ser as transferências e os subsídios; e sobre os itens, venda e prestação de serviços e venda e ganhos financeiros, disse ter verificado haver também um decréscimo no valor.

Terminou dizendo que sobre o saldo de gerência apresentado não se iria pronunciar, pois o eleito José Chumbo já tinha deixado essa questão.

Foi dada a palavra ao eleito Pedro Alves da CM, que disse ter algumas questões a colocar ao Senhor Presidente da Junta, referindo a correção efetuada nos valores da receita, tendo em conta o inicialmente previsto, bem como os valores inscritos em impostos diretos e indiretos.

Sobre a rubrica do pessoal questionou o aumento substancial de verba para abono de falhas.

Não havendo mais intervenções das bancadas, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas.

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção dizendo que iria começar por responder à questão colocada pelo eleito Pedro Alves, sobre o aumento de verba na rubrica abonos e falhas, informando que por lei todos os funcionários que trabalhavam com caixa, tinham de receber o abono de caixa e tendo em conta que a Autarquia para além da sede tem três delegações a funcionar, esse valor teve de ser substancialmente aumentado.

Sobre as previsões e correções na receita e referindo-se à questão colocada pelo eleito José Chumbo, disse que só se podia inscrever na receita a média dos últimos vinte e quatro meses, o que fazia com que a receita pudesse subir ou baixar.

Referindo a venda de Património, falou da venda de uma varredoura e de algumas campas perpétuas, informando que nesta última só tinha sido inscrito uma verba de quatro mil euros, mas contrariamente ao que já tinha sido dito a receita tinha aumentado.

Falou na publicidade e ocupação de via pública, informando que havia dívida por cobrar a algumas Empresas, relativos aos anos dois mil e quinze, dezasseis, dezassete e dezoito e que mesmo tendo sido já cobrados alguns valores, parte destas dívidas estavam já em contencioso jurídico para via judicial, pois a Junta não iria abdicar destas cobranças.

Mais disse que mesmo com todas estas dívidas por recuperar e a sua incidência direta na previsão da receita, o valor de receita realizada foi superior ao ano de dois mil e dezassete.

Referindo o mercado semanal que anteriormente não dava lucro à Autarquia, após algumas alterações e redução de custos, passou a dar lucro sendo presentemente uma das fontes de receita.

Sobre o aumento da despesa, falou da verba investida em melhoramento de vários arruamentos, referindo a Estrada da Proverba, a Rua Manuel da Fonseca, Rua dos Combatentes e a Rua 9 de Agosto, entre outras, que não sendo da responsabilidade da Junta careciam de uma intervenção urgente.

Falou do investimento feito na compra de uma máquina varredoura aspiradora e na reparação de uma outra que estava no Sobralinho, equipamentos estes relevantes para uma melhor e mais eficaz limpeza e higiene urbana.

Nos gastos com o pessoal disse ter havido um acréscimo na despesa porque por lei obrigatoriamente todos os funcionários com avaliação de dez pontos tiveram de ser reposicionados, tendo sido a maioria dos trabalhadores da Autarquia, para além da admissão nos quadros de mais cinco funcionários.

Referiu ainda os contratos programa com o IEFP referentes a dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, e o conseqüente atraso no pagamento de verbas por parte dessa Entidade que fez aumentar consideravelmente a despesa, tendo a Autarquia avançado com os pagamentos e não ter recebido os valores totais inerentes aos mesmos dentro do prazo previsto.

Mais disse que o aumento da despesa estava aqui bem definido e tendo em conta todos estes fatores, as obras já realizadas e os investimentos já feitos em compra de maquinaria, mesmo não sendo ano eleitoral setenta por cento do seu programa já estava cumprido.

EP
MPE M.

Sobre os considerandos feitos pelo eleito José Chumbo, disse não estranhar o seu sentido de voto ser contra, pois no ano transato também tinha votado contra um relatório de gerência do seu próprio Partido.

Em resposta ao eleito João Fernandes disse concordar com a observação que o mesmo fizera de que o relatório de gestão deveria ser um documento mais esclarecedor e que ficava essa nota, mas informou que a transição que estava a ser feita para o novo sistema SNCAP, iria permitir a alocação direta quer na receita quer na despesa de modo a que pudesse ser feita uma análise analítica ao conteúdo de cada rubrica.

Referiu que com este novo sistema, passará a ser obrigatório a comparação com o exercício dos três anos anteriores independentemente da força política que tenha estado, bem como terá também de ser feita uma previsão para os três anos seguintes.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que iniciou a sua intervenção dizendo que no ano anterior o seu sentido de voto tinha sido contra, com base na folha de rosto em que o Senhor tesoureiro comentava que o Partido Socialista estava em campanha eleitoral e tinha esbanjado dinheiro, e agora olhando para este relatório, os gastos pareciam-lhe exatamente os mesmos, pelo que deixava a dúvida se também não estariam em campanha eleitoral.

Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta quando referiu já ter executado setenta por cento do seu programa, disse não concordar pois com base no programa que o mesmo apresentara ao eleitorado, havia ainda muito por cumprir, começando por referir que em Desenvolvimento Ambiental em que constavam onze promessas, seis não estavam cumpridas, referindo o parque de recreio canino; o anfiteatro ao ar livre; a requalificação do jardim Álvaro Vidal, que era da intervenção da Câmara; a requalificação de parques infantis; criação de espaços florais que disse nem saber bem do que se tratava e as novas zonas de lazer integradas, nada disto estava realizado. Sobre Desenvolvimento Económico, e defesa da criação de um parque industrial e tecnológico, disse não saber onde, pelo que deixava a questão ao Senhor Presidente.

Sobre a Habitação e Urbanismo disse estar no programa sete promessas e seis não estavam cumpridas, referindo a recuperação de lucros mais antigos e a recuperação do centro histórico de Alverca; a recuperação das vivendas das OGMA; as rotundas; solução para o aterro do Mato da Cruz e recuperação paisagística; procura de soluções para legalização das AUGIS; soluções para equipamentos, infraestruturas e zonas verdes na Malva Rosa, deixava também estas questões ao Senhor Presidente.

Em relação à mobilidade, transportes e trânsito, disse que das dez promessas também seis não estavam cumpridas e passou a referir a eliminação das barreiras arquitetónicas; criação de bolsas de estacionamento; remoção de veículos da via pública; criação de vias pedonais na EN 10; defesa da criação de rotundas em troços problemáticos na EN 10, bem como na Rua Alves Redol e Rua da Indústria. Mais disse que até ao momento não vira qualquer tipo de defesa relativo a estas questões.

Sobre o desenvolvimento social disse também não saber o que tinha sido feito nesta área, referindo a dinamização de ocupação de tempos livres; a feira de profissões; os programas de dinamização para a população sénior; dinamização para criação de uma maior oferta de lares, centros de dia e de cuidados continuados.

Na área da educação, e sobre a criação de um maior apoio às famílias e uma maior competência das Associações de Pais para dinamização das escolas, pretendia também saber o que tinha sido feito.

No âmbito do desenvolvimento cultural, referiu o parque biológico e ofertas de atividades culturais no Palácio do Sobralinho; a revitalização de auditórios em espaços verdes ao ar livre, e a valorização do Património Histórico das Freguesias, deixava também estas questões.

Na área do desporto, disse que dar força ao desporto era o normal, referiu a festa anual, o apoio ao desporto feminino e a pessoas com mobilidade reduzida, e finalizou questionando o Senhor Presidente da Junta na sua afirmação de já ter cumprido setenta por cento do seu programa, perguntando onde estava tudo o que tinha acabado de enunciar.

ep
ite

A Senhora Presidente deu seguidamente a palavra ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, que iniciou dizendo que esperava algum esclarecimento da parte do Senhor Presidente da Junta sobre todas estas questões apresentadas.

Referindo a intervenção do eleito José Chumbo, disse que na parte das contas as coisas não tinham corrido muito bem, pois o eleito Chumbo decidira ir por outros campos de um modo algo exaustivo, quase dizendo que à data nada tinha sido feito nem cumprido.

Mais disse que a CDU estava a meio do mandato e em circunstância alguma se tinha comprometido a ter nesta fase já realizado cem por cento do seu programa, mas uma coisa era certa, no caso de haver erros nunca iria haver da parte do PS qualquer ajuda, mas sim o *bota abaixo* e o denegrir de trabalho já realizado.

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que em resposta ao eleito José Chumbo, disse que à altura presente qualquer diálogo não iria acrescentar nada de valor, mas que o eleito deveria ter alguma frieza em certas coisas que dizia, pois muitas das questões que referira, inclusive o aterro do Mato da Cruz, já houvera um consenso e estava em fase adiantada, bem como outras questões que referira e estavam a ser também tratadas.

A Senhora Presidente deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse ter duas questões a colocar ao Senhor Presidente da Junta, sendo uma delas a venda de campos perpétuas e outra a situação atual do Simple.

O Senhor Presidente da Junta em resposta ao eleito José Chumbo, informando-o que foi vendida uma única campa perpétua e sobre o Simple referiu a dívida ser do anterior arrendatário, dívida essa que ainda se mantinha e ia seguir para tribunal.

Sobre a situação atual, disse que sendo aquele espaço da propriedade da Junta todas as mais valias tinham sido feitas pela Junta e o que fora acordado com o atual arrendatário e estava salvaguardado no contrato que fora assinado, era que caso de não permanecerem no espaço, tudo o que fora feito de mais valia é propriedade da Junta de Freguesia.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria – com sete votos contra, uma abstenção e onze votos a favor.**

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, atual **Ponto 3 – Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, anexo de Alverca do Ribatejo e Sobralinho (Rua D. João I)- Aprovação.**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que disse esta alteração vir da necessidade daquela artéria ser regulamentada, pois existiam três locais de estacionamento na própria via tendo-se já verificado a ocorrência de vários acidentes.

Foi dada a palavra às bancadas, intervindo o eleito José Chumbo da bancada do PS, que se dirigindo à Senhora Presidente da Assembleia, disse que existia uma comissão de trânsito, mas que mais uma vez essa situação não tinha chegado ao conhecimento.

Referindo a Rua D. João I, disse não ter nada contra, mas referiu o facto de por lá ter passado e já se encontrar colocado no local a sinalização, o que acabava por ser estranho visto só agora essa alteração vir à Assembleia para aprovação quando afinal já estava implementada.

Interveio logo após o eleito Pedro Alves da CM, que disse concordar com o eleito José Chumbo, pois havendo uma comissão de trânsito, essas alterações teriam de passar primeiramente pelo conhecimento, o que até tornaria tudo mais simples. Disse não ter nada contra a alteração, até porque havia necessidade de intervenção no local, mas que existia uma comissão de trânsito.

OK
MPC

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS, que se referindo aos quatros pontos de propostas de alteração ao Regulamento de Trânsito, deixava uma ressalva de que as normas e os regulamentos eram importantes mas a sensibilização das forças de segurança para uma fiscalização ativa não o era menos.

Interveio o eleito João Fernandes do BE, que disse ter algumas questões a colocar, sobre os Pontos 4 e 5, mas não tinha percebido se os quatro pontos relativos ao trânsito estavam a ser debatidos em conjunto ou não.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra questionando as bancadas sobre a discussão conjunta destes quatros pontos da ordem de trabalhos ao que todos concordaram.

Foi dada novamente a palavra ao eleito João Fernandes, que sobre a proposta de alteração para a Rua José Aleixo no Sobralinho e para a Rua Fernando Pessoa, disse concordar pois havia a necessidade de alterar, mas não era a favor da colocação de pilaretes e que só a colocação de sinalização vertical lhe parecia insuficiente, que talvez fosse melhor complementar com sinalização horizontal, pedindo à Câmara Municipal a pintura de uma linha amarela a proibir o estacionamento.

A Senhora Presidente da Assembleia interveio informando as bancadas de que sobre estas propostas de alteração ao Regulamento de Trânsito, nada tinha chegado ao seu conhecimento.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves, que sobre o Ponto 4 – Rua José Aleixo, disse não ter nada contra, mas referindo-se ao Ponto 5- Rua Fernando Pessoa, disse não concordar com as alterações porque a única maneira de estacionar era em cima do passeio, o que passaria sim a ser da atuação ou não das forças de segurança. Sobre o Ponto 6 – Malva Rosa, referindo o excesso de velocidade, disse não lhe parecer que da parte das forças de segurança fosse haver algum controle de velocidade e que talvez a melhor solução passasse pela colocação de lombas.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para se pronunciar.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção referindo-se à Malva Rosa, dizendo que esta necessidade partira do facto de na sinalética colocada constar proibição de circular a mais de 50 Km, contrariamente ao que está no Regulamento de Trânsito onde consta 40 Km. Sendo que nem a sinalética nem o Regulamento estavam em conformidade com o Código da Estrada onde a permissão é de 30 Km, iria portanto, ter de ser substituída a sinalética e devidamente regulamentada.

Disse também que havia um regulamento e quatro apensos, referindo o Bom Sucesso, Sobralinho, Malva Rosa e Arcena e ter-se-ia de criar mais um, para regularização de algumas situações.

Informou da ocorrência de um acidente no Casal do Moledo, onde se encontrava um sinal que não estava regulamentado, tendo a condutora do veículo imputado a responsabilidade à Junta, dizendo que iria seguir para tribunal.

Sobre as alterações efetuadas, disse que o procedimento era a Junta trazer à Assembleia e sendo esta um órgão soberano decidia baixar ou não à Comissão de Trânsito.

Relativamente à questão colocada sobre a existência da sinalética na Rua D. João I, disse ter sido mesmo uma necessidade, devido aos vários acidentes no local, mas não havendo aprovação seria retirada.

Foi dada a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse a sua bancada não estar contra estas alterações, até porque eram pertinentes, mas mais como salvaguarda de problemas para a Junta, tal como o Senhor Presidente tinha informado sobre a ocorrência no Casal do Moledo.

O Senhor Presidente da Junta voltou a intervir e em resposta às questões colocadas pelo eleito João Fernandes sobre a Rua José Aleixo e a Rua Fernando Pessoa, disse ser algo complicado pois na primeira

havia uma saída de garagem e estacionavam veículos do lado contrário frente à garagem, não se conseguindo por esse motivo sair; relativamente à Rua Fernando Pessoa, disse que o estacionamento era feito na própria faixa de rodagem e sendo uma via estreita tornava-se problemático.

O eleito José Chumbo pediu a palavra, dizendo que o Senhor Presidente da Junta tinha razão e que ele próprio verificava a razão daquela situação, que estava relacionada com a paragem de autocarro naquela zona, para onde se deslocavam os trabalhadores do Continente e consequentemente deixavam as suas viaturas.

Logo após usou da palavra o eleito Amândio Delfino do BE, que se referindo às Forças de Segurança em Alverca neste caso à PSP disse que existindo ou não sinalética tinham uma atuação muito permissiva, para além da falta de meios inclusive um veículo para reboque.

Referiu o estacionamento provisório do Alverca dizendo que o piso carecia de alguma intervenção, pois os veículos que lá estacionavam traziam lama e terra para a via.

O Senhor Presidente da Junta solicitou a palavra informando que tem tido várias reuniões com a PSP, nas quais tem solicitado sempre uma melhor vigilância e atuação, mas até da parte da PSP e referindo o Bom Sucesso, havia algumas dificuldades, porque sendo uma zona sem estacionamentos a única solução seria passarem muitas todos os dias.

Mais disse que nas reuniões, a sua prioridade era sempre na insistência de uma melhor intervenção e fiscalização, mas que em algumas situações era necessário haver algum bom senso.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia informou que iria passar à votação destes quatro pontos da ordem de trabalhos.

Ponto 3 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo Alverca do Ribatejo e Sobralinho (Rua D. João I) - Aprovação.

Foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo Alverca do Ribatejo e Sobralinho (Rua José Aleixo) - Aprovação.

Foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo de Alverca do Ribatejo e Sobralinho (Rua Fernando Pessoa) - Aprovação.

Foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo de Alverca do Ribatejo e Sobralinho (Malva Rosa) - Aprovação.

Foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente deu a palavra às bancadas, tendo solicitado a palavra o eleito Pedro Alves da CM, que disse ter uma declaração de voto, referindo estar de acordo com o que fora apresentado e obviamente votaria favoravelmente, mas gostaria que os documentos pudessem chegar antecipadamente a conhecimento antes de serem presentes em Assembleia. Mais disse estar disponível para reunir sempre que necessário.

ef
MC
11:

Usou da palavra o eleito José Chumbo, dizendo ter também uma declaração de voto que ia no mesmo sentido da declaração feita pelo eleito Pedro Alves, e que seria bom ter-se em atenção quando se propõe uma alteração e a mesma estar já implementada.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 7- Proposta de Alteração do Regulamento de Galardões de Mérito – Aprovação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta que disse esta proposta ter o intuito de permitir um novo referente para oferta a galardoados estando este referente a ser elaborado por um artista de Alverca. Falou que no Sobralinho não existia modelo de referente e relativo a Alverca o que existia era produzido por uma Empresa no Norte, havendo grandes dificuldades para a reprodução do mesmo. Daí as opções passarem ou por uma Assembleia Extraordinária ou então haver um referente alternativo, pelo que trazia esta proposta.

Interveio a eleita Manuela Santos da bancada do PS, que disse desde que o galardão tivesse a dignidade que lhe competia, a sua bancada não via qualquer inconveniente em que este modelo apresentado fosse adotado.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da CM, dizendo que gostava de saber mais em pormenor sobre o modo como iria ser processado, se cada exemplar iria ser diferente e único, e se seria mais dispendioso que o atual.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS, dizendo que o motivo já estava explicado; a nível orçamental gostava de saber qual iria ser o diferencial e também mantendo as duas opções no Regulamento, que critérios poderiam ser considerados no processo de escolha.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta que informou este referente estar a ser elaborado por um artista da Freguesia o Senhor Adão Conde, ex-membro da Assembleia, dizendo ainda que o estudo estava a ser feito e iria ter a folha de ouro e os brasões das duas Freguesias.

Sobre a produção do mesmo seria sempre de uma quantidade determinada devidamente numerada em série única, que iria ter a assinatura do artista e após se saber quem iria ser o galardoado seria feita também a gravação do respetivo nome.

Disse ainda que a nível de custo o valor iria ser muito inferior e em termos de qualidade e arte ficaria mais valorizado. Sobre a prova final disse não a ter ainda, somente o estudo, daí ter trazido para aprovação da Assembleia e caso fosse aprovado iria avançar-se para a serigrafia.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 8 - Alienação de Imóvel sito na Rua António Sérgio Nº 38 - 1º Andar (Bairro da Chasa) – Aprovação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que disse este ponto vir dar continuidade a um compromisso já assumido pelo anterior Executivo para a venda do imóvel à arrendatária D^a. Herminia Soares pelo valor de 50.000,00 (cinquenta mil euros).

Informou que no decorrer deste processo a D^a. Herminia falecera, tendo a Junta sido contactada por uma neta que disse estar a viver naquela casa e que tinha feito algumas obras de beneficiação, pretendendo comprá-la.

ef
me
M.

Mais disse que a Junta tinha pedido uma nova avaliação ao imóvel e trazia esta proposta à Assembleia.

Pediu a palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS, que disse este assunto não ter sido do seu pelouro mas sim do Dr. Patrício Miguel, mas de qualquer modo tinha conhecimento da situação e referiu que a D^a Herminia tinha três filhos, mas sempre viveu sozinha naquela casa.

Mais disse que a Junta tinha sido contactada por um dos filhos com a finalidade de compra do referido imóvel e devido à grande insistência e tendo em conta que a D^a Herminia tinha vivido ali toda a sua vida, após alguns pedidos de pareceres à Câmara Municipal, ficou decidido a venda da referida fração. Disse ter sido enviada uma carta à arrendatária em março de dois mil e dezasseis, carta essa que nunca teve resposta e tendo a mesma falecido em dois mil e dezoito, não lhe parecia haver qualquer compromisso.

Referiu ter dúvidas relativo à forma escrita deste documento e referindo a frase: "alienação do bem deduzido de expropriação do inquilino", pretendia saber se estavam a referir-se à neta.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da CM, que questionou se o valor agora proposto pela Junta tinha sido aceite ou não pela arrendatária.

Interveio o eleito António Espada da bancada do PS, que disse haver um Regulamento Municipal que definia o método e as cláusulas em que a habitação podia ser vendida ou subalugada a outro. Mais disse que a neta nunca tinha feito parte do agregado familiar da arrendatária D^a. Herminia, e em sua opinião a Junta deveria junto da Câmara Municipal requerer informação mais precisa para não vir a correr o risco de alguém impugnar esta venda.

O eleito Rui Valadas questionou sobre a forma como tinha sido calculado os custos inerentes às benfeitorias, e perguntou também ao Senhor Presidente da Junta se existia algum interesse público na venda deste imóvel e se isso iria trazer alguma mais valia.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas, tendo o mesmo dito que sabia o que lhe tinha sido transmitido pela neta da D^a. Herminia, que disse ter nascido naquela casa, que tinha estado ausente durante uns anos e tinha voltado a viver com a avó.

Sobre o Regulamento Camarário disse que no caso presente não era aplicável pois não se tratava de habitação de cariz social.

Frisou que a ideia era dar continuidade a um processo já iniciado e que se tinha cingido pelas informações que chegaram ao seu conhecimento. Mais disse que em caso de venda o valor seria canalizado para investimento em obra referindo os balneários para os trabalhadores.

O eleito António Sequeira da bancada da CDU disse que havia algumas dúvidas com alguma pertinência, pelo que pedia à Senhora Presidente da Assembleia uns minutos de pausa para conversar com a sua bancada, tendo o pedido sido aceite.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao eleito António Sequeira, tendo o mesmo dito que não se ia pronunciar e iria passar a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta que referiu dado haver um conjunto de questões que careciam de mais esclarecimento propunha que este ponto fosse retirado.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a questão às bancadas, tendo sido aceite por todos a retirada do ponto em questão, informando que iria dar continuidade aos trabalhos passando ao **Ponto 9 – Exercício de Funções em Regime de Meio Tempo, de dois Eleitos.**

Interveio o Senhor Presidente da Junta que disse vir dar cumprimento ao que era uma opção gestonária, tendo sido decidido manter os dois eleitos a meio tempo pois têm permitido otimizar o funcionamento da Junta e têm criado um conjunto de facilidades que permitem ao Presidente estar mais disponível para se dedicar à negociação e representação de alguns contratos que têm sido favoráveis para a Junta.

Disse ainda que sendo uma prerrogativa do Presidente da Junta vinha aqui para o cumprimento daquilo que é o pressuposto legal e estando cumpridos todos os pressupostos trazia para conhecimento da Assembleia.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, interveio dizendo que concordava com o que fora dito pelo Senhor Presidente mas queria deixar um pequeno comentário e como nota para avivar a memória, dizendo que um Povo que esquece o seu passado e as suas tomadas de posição, é um Povo condenado ao esquecimento e que era saudável assistir a transformações de mentalidades e novas visões de organização da Sociedade, esperando não vir a assistir no futuro a uma cambalhota.

O eleito Pedro Alves da CM disse concordar com esta posição de manter dois eleitos em meio tempo, pois eram duas freguesias com muita população, somente pretendia saber se as funções se iriam manter.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que em resposta ao eleito Pedro Alves disse que as funções se iriam manter, pois tem vindo a ser feito um bom trabalho em áreas que requeriam continuidade, referindo os mercados e as lojas que têm vindo a ser recuperados, dizendo ainda que esta é uma Freguesia muito grande e até maior que muitos Concelhos.

Disse ainda ser necessário um apoio contínuo para uma boa tomada de posição e ter pessoas de confiança que assumam os processos e os liderem.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao eleito Pedro Ferreira, primeiro secretário, que lesse a ata minuta nº 10, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Junta pediu a palavra dirigindo um convite a todos os eleitos e público presente para participarem nas Comemorações do 25 de Abril, informando que iriam ter lugar dia 24 no Sobralinho e dia 25 em Alverca, onde seria mais a nível de âmbito escolar direcionado aos jovens, haveria o hastear da bandeira e o desfile da banda.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



O Primeiro Secretário



A segunda Secretária



Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobredinho,

Para que conste em ata, e como forma de corroborar a minha defesa de honra, eu, Luis Nuno Monteiro Corvalho, eleito pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia ut supra, nunca afirmei ~~que~~ não ter existido em Portugal uma ditadura, mas sim um regime autoritário, corporativista e ditatorial no nosso País.

Ademais informo que, face à moção apresentada pela CDU, em 2018, nunca estive contra o articulado no documento, mas sim, contra o paradigma deliberativo que incentivava a participação da população, bem como dos trabalhadores da Junta de Freguesia, na manhã do 25 de abril e do 1º de maio, através da CGTP.

Não creio que se devam misturar questões sindicais com questões político-partidárias, muito menos com questões de políticas públicas...

Estou Seguro, e de consciência tranquila, relativamente ao articulado no presente documento, não a saber que alguém, ao alguma peça política, ofenda, assim, a minha honra.

Afirmar os valores de abril é recusar esta maneira de fazer política:

Pela construção de uma Freguesia, de um Concelho, e de um País moderno, ditado e regido por princípios constitucionais de liberdade, Igualdade e Democracia, subscrevo-me com estima e consideração,

Mis Monteiro Cavalta

22/04/2019